

PROPOSTAS PARA O PLANO DE GOVERNO PRA O RN AVANÇAR

***GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
2023/2026***

“Quando os justos governam, o povo se alegra; quando os perversos estão no poder, o povo geme”.
Provérbios 29:2

Natal 05 de Agosto de 2022

INTRODUÇÃO

A fé em Deus, a prioridade para a família e o desenvolvimento econômico sustentável do nosso Estado inspiram este PLANODE DE GOVERNO de CLORISA LINHARES, candidata à governadora do Rio Grande do Norte e ERICK GUERRA, candidato a vice, na eleição de 2022. Nesse contexto, a Coligação “ FRENTE DA MUDANÇA” (PMB e Patriota) apresenta as candidaturas de CLORISA LINHARES e ERICK GUERRA, governador e vice respectivamente, cujo compromisso é construir uma administração ética, inovadora, voltada aos interesses básicos do nosso estado, bem como garantir e RESPEITAR a liberdade de escolhas.

Não cabe a nós julgar nenhuma escolha, decisão ou vontade alheia. Respeito não é concordar. Respeito não é incentivar. Respeito não é aceitar. Respeito não é obrigação de se conviver com o que ou quem você não gosta ou não concorda. Respeito é só respeito! Um valor essencial e primordial. Precisamos respeitar uns aos outros. Respeito é entender que cada um tem uma perspectiva diferente, opiniões diferentes, e está tudo bem! As minhas opiniões, as minhas escolhas (livre-arbítrio), as minhas vontades não anulam a relevância das suas e vice-versa.

Pela legislação brasileira, plano de governo é um documento no qual os candidatos a cargos do Executivo informam suas principais ideias e propostas para administrar o local que se propõem a governar. Essa obrigatoriedade foi incluída em 2009, na lei 9.504/97, sem exigência de requisitos ou formatos específicos. Cada plano é formulado de acordo com as formas de apresentação e pensamento dos candidatos.

O plano de governo é, portanto, útil para o eleitor se informar a respeito das ideias e das prioridades de cada candidato e ajudar a sociedade a cobrar dos eleitos aquilo que prometeram. Nosso projeto propõe um “choque de gestão” na administração estadual, apresentando soluções que possam enfrentar a crise social e econômica que atinge a todos nós. O foco principal será priorizar a oferta de políticas públicas de qualidade para os grupos sociais vulneráveis e faixas mais carentes da população, bem como, geração de emprego e renda, desolvendo a dignidade do povo potiguar que sofre há décadas.

Por muitos anos e sucessivas eleições, sucessivos candidatos ao governo elaboraram requintados “PLANOS DE GOVERNO”, recheados de promessas, sonhos de toda sorte, que sem efetividade se transformaram em ilusões e insegurança social associados à descrença da categoria de políticos.

Isto posto, seremos sucintos e, aqui, no nosso PLANO DE GOVERNO, colocaremos as ideias e projetos que sabemos serem possíveis de ser

3

alcançados, como também as ações e medidas necessárias para que o plano saia do papel e seja, EFETIVADO, beneficiando a todos que acreditam na democracia para garantir as mudanças que precisamos, sendo o maior beneficiário os cidadãos, protagonistas nessa luta que estamos travando.

APRESENTAÇÃO

O nosso governo tem como meta principal o DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL. Para que alcacemos o referido resultado é preciso garantir o crescimento constante, equilíbrio financeiro fiscal e orçamentário e a redução persistente das desigualdades.

Mobilizaremos a sociedade na construção em torno do melhor modelo que englobe os objetivos estratégicos e as metas que traduzirão possível desenvolvimento sustentável. Dois são os desafios que mobilizam a atenção da sociedade e exigem pronta resposta do governo que assumirá a administração do estado Rio Grande do Norte: 1) A modernização das finanças públicas, liberando maiores aportes de recursos para as atividades fins de programas de saúde, educação e segurança; e, 2) A necessidade de geração de emprego.

Nosso programa político está fundamentado em: a) planejamento estratégico e b) contratualização de resultados. Dessa forma, iniciaremos com o aperfeiçoamento institucional, a intersetorialidade e o desenvolvimento regional sustentável. Faremos um planejamento regionalizado e descentralizado valorizando as riquezas e potencialidades de cada região, criando condições para construção de matrizes econômicas interdependentes. Adotaremos o modelo de Gestão por Resultados, dessa forma, é preciso definir os objetivos e, em seguida, traduzí-los em indicadores de resultados públicos e disseminados em toda a administração pública.

Para atingir tais objetivos é necessário cuidar do futuro, propondo a implementação de projetos estruturantes e portadores do porvir. A questão fiscal não é apenas emergencial, mas questão estrutural, de preparar o estado para voltar a ter capacidade de investimento e de executar políticas públicas de qualidade seguindo um planejamento de médio e longo prazo.

Destacam-se nessas prioridades o atendimento à saúde da população, à formação educacional e profissional das crianças e dos jovens e à implantação de um ambiente de paz e segurança, por meio de medidas eficazes de redução da criminalidade. A solidez fiscal é a peça básica na administração.

A seguir serão enunciadas as ideias-força que dão sustentação à elaboração do programa de governo “Pra o RN Avançar”. As propostas são alinhadas em itens indicativos, com o resumo das teses e ideias defendidas. Isto porque integra o presente Plano o compromisso de montagem, após a eleição, de uma “Força tarefa”, integrada por pessoas de notória idoneidade, para detalhamento das metas sugeridas.

PRIMEIROS PASSOS

I - AUDITAR

Nos primeiros dias de governo iremos auditar TODAS as contas públicas estaduais para que tenhamos pleno conhecimento da real situação financeira do RN. Diversas auditorias que nortearão a tomadas das decisões serão realizadas. Esse trabalho nos dará a dimensão precisa de que qualquer governante sério necessita para poder implementar quaisquer ações de resgate do Rio Grande do Norte.

II - RESPONSABILIZAR

Civil, administrativa e criminalmente a todos os que forem considerados responsáveis por desmandos ou desvios das contas públicas; Feito isso, e de posse de todas as informações levantadas pelas AUDITORIAS, passaremos a GOVERNAR PARA TODOS os norte riograndenses, tendo como guia as diretrizes a seguir elencadas;

III - MÁQUINA PÚBLICA:

Será livre de todo e qualquer “acordo político”. Nosso governo não fará alianças políticas que tenham como base indicações deliberadas de cargos, ou seja, o famoso “toma lá dá cá”, que deixa refém os que foram legitimamente eleitos pelo povo para governar. Uma nova gestão administrativa nascerá no Rio Grande do Norte.

O modelo que tem levado o RN ao fracasso não mais existirá. A gestão que pretendemos realizar não se valerá de métodos irresponsáveis ou desconectados com a realidade política do país, mas sim será feita apoiada em criterios técnicos, modernos e sem espaço para os “acertos”. Tomaremos como base os mais bem-sucedidos exemplos de gestão existentes no Brasil, seja da iniciativa privada ou da administração pública.

IV - CRIAÇÃO DE CONSELHO DE GOVERNO

Serão convidados a compor este conselho os mais diversos integrantes da sociedade empreendedora, liberal, universitária, representante dos trabalhadores etc, que trimestralmente se reunirão com a governadora para aconselhamento e ideias que contribuam efetivamente para o desenvolvimento e crescimento do nosso estado.

V - MAQUINA PÚBLICA TRANSPARENTE

Serão implantados todos os meios possíveis e necessários para que o cidadão tenha acesso às informações e participe ativamente da gestão pública.

Alem, disso os portais de transparência serão interligados e deverão possibilitar acesso imediato a todo o quadro de servidores, bem como a cada contrato e despesa realizada por determinado órgão terá seu acesso liberado ao cidadão e a todos os servidores

VI - UNIFICAÇÃO, CONTROLE INTERNO

Aliada à transparência, as unidades de atendimento do estado serão TODAS dotadas de parâmetros e controle padronizados, evitando assim o desperdício e ineficiência. Como base, usaremos os mais elevados padrões das empresas públicas e privadas de sucesso do nosso país, que nos possibilitarão uma gestão com qualidade, mínimo de gastos e máximo de eficiência.

VII - PRODUTIVIDADE-METAS-GRATIFICAÇÃO

Qualquer órgão ou empresa, seja pública ou privada, não age com justiça quando remunera do mesmo modo os que produzem e fazem acontecer com os que contribuem para o engessamento da máquina estatal. Desse modo criaremos programas fundamentais para a melhoria da qualidade do serviço prestado à população e para a economicidade dos processos, GRATIFICANDO POR PRODUTIVIDADE os servidores que atingirem as metas estipuladas e assim contribuirão para o melhor funcionamento da máquina estatal e do consequente bem-estar do cidadão.

VIII - VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR

O funcionário público não será forçado a aderir ao programa. Contudo a sua adesão voluntária para avaliação será bonificada conforme lei. Detentores de cargos e funções gratificadas de chefia, direção ou assessoramento serão periodicamente avaliados, e sua permanência no cargo dependerá dessas avaliações.

IX - ESTADO MÍNIMO

O estado não pode ser “cabide de emprego” nem meio de enriquecimento de poucos, devendo proporcionar, através dos meios a ele possíveis, a melhor qualidade de vida a TODOS os seus cidadãos e não a apenas um pequeno grupo de favorecidos, bem como deve propiciar à iniciativa privada as condições

necessárias para que o empreendedor gere emprego, renda e divisas para o estado.

Dessa forma, todo e qualquer excesso de órgãos públicos - sejam secretarias de estado, coordenadorias, diretorias, autarquias e outros que se mostrem ineficientes e ineficazes, serão reduzidos, extintos ou fundidos a outros órgãos. De igual modo, todos os aluguéis de prédios para funcionamentos de órgãos estatais serão analisados um a um e o possível se fará para realocação e funcionamento em prédios próprios.

X - CONHECENDO NOSSO ESTADO

A população oficial Do RN ultrapassa a casa dos 3.200.000 habitantes, dos quais cerca de 78% residem em áreas urbanas e 22% em zonas rurais. A urbanização do território provoca sérias e importantes demandas por serviços, emprego e infraestrutura que precisam ser pensadas de forma regionalizada a fim de se contemplar todas as especificidades territoriais do estado. Assim sendo, será possível ativar as potencialidades econômicas e sociais existentes e induzir o desenvolvimento.

Nas regiões em que as atividades produtivas não existam ou ainda não estejam consolidadas serão feitos estudos de viabilidade técnica e econômica que identifiquem novas formas de arranjos produtivos econômicos e sociais, criando novas vocações, ou fomentando as já existentes, como, por exemplo, as potencialidades apresentadas pelos setores do Turismo, Energia Eólica, Indústria Têxtil, Indústria Salineira, Mineração, Fruticultura, Agropecuária e Pesca.

Para acelerar esse processo, adotaremos, dentro dos critérios e possibilidades do estado, os estudos já realizados e conduzido pela Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Norte (FIERN) através do Projeto Mais RN, cujas diretrizes gerais apontam caminhos para desenvolver o Rio Grande do Norte a médio e longo prazo, propondo ambiente de negócio atraente, com infraestrutura adequada para instalação de indústrias, multiplicação de negócios e uma política fiscal competitiva.

Contudo, considerando que a efetiva concretização dos projetos estruturantes de responsabilidade do setor público não dependem unicamente dos esforços do Governo do Estado, desde já nos comprometemos a não medir esforços para buscar a formação de parcerias com o empresariado, com o Governo Federal, com municípios e com todos os setores da sociedade civil identificados como partes interessadas em cada iniciativa.

PRA AVANÇAR O RN (PLANO DE GOVERNO)

1 - EDUCAÇÃO

Para uma construção de uma sociedade justa, social e economicamente mais desenvolvida faz-se necessário uma educação básica e universal. Educação é o pilar para a transformação social e para minimizar a desigualdade social e a desigualdade hereditária (a estabelecida pelas condições do nascimento), de forma a edificar uma sociedade do conhecimento. Para tanto, precisamos ter uma educação pública com qualidade semelhante à fornecida pelo setor privado.

O presente plano defende a erradicação do analfabetismo; universalização do atendimento escolar; a superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e inclusão social; a melhoria da qualidade da educação pública; a formação para o trabalho e para a cidadania, destacando os valores morais e éticos em que se fundamentam a sociedade; a promoção do princípio da gestão democrática da educação pública; a promoção humanística, científica, cultural e tecnológica; a aplicação de recursos públicos em educação que assegurem atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade; a valorização dos profissionais da educação; a promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos e à sustentabilidade socioambiental.

Antes de qualquer ação reformadora, o governo PRA O RN AVANÇAR fará minucioso diagnóstico de todas as unidades públicas de ensino, avaliando a viabilidade técnica, pedagógica, econômica; aferindo a necessidade de materiais didáticos e pedagógicos, de formação de profissionais, de equipamentos e infraestrutura escolar, possibilitando, assim, à administração a reforma, ampliação e construção de unidades escolares modernas.

Aliada a esse estudo, nosso governo, criará e adotará:

- Educação de qualidade tendo por base três fatores: ambiente, tecnologia e qualificação técnica (orientado para o mercado de trabalho regionalizado) e o estímulo ao empreendedorismo local;
- Investimento na infraestrutura das escolas;
- Criação de Comitê Estadual Intersetorial de políticas voltadas para a **primeira infância**;
- Parcerias com instituições sem fins lucrativos que desenvolvam atividades culturais, educativas e esportivas para implantação/ampliação desses trabalhos nas comunidades periféricas;
- Criação de cursos técnicos integrados ou concomitantes ao ensino médio, de

forma a atrair os jovens ao ensino profissionalizante e a desenvolver a mão-de-obra qualificada para todos os setores;

- Programa de Valorização e Reconhecimento do Profissional da educação (Realizando com isso um salto de qualificação e capacitação dos professores);
- Abertura de espaço para formação profissional desvinculada do currículo médio geral;
- Articulação com a Secretaria de Saúde e parcerias privadas para o aperfeiçoamento da oferta de psicologia, fonoaudiologia, psiquiatria, psicomotricidade relacional e outros para melhor assistência à saúde física, mental e emocional dos professores e demais profissionais em todas regiões.
- Implementação da psicomotricidade Relacional no corpo discente e docente, bem como com demais profissionais que integram os quadros da escola, gradativamente;
- Desenvolvimento de políticas públicas intersetoriais socioeducativas e assistenciais aos estudantes com deficiência em situação de vulnerabilidade social;
- Garantia de vagas para alunos público-alvo da Educação Especial nas escolas profissionalizantes;
- Garantia de espaço adequado para o atendimento educacional especializado para alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento-TGD, transtornos do espectro autista-TEA e altas habilidades-superdotação, através de equipe multiprofissional e a formação continuada na perspectiva da educação inclusiva para professores e profissionais de áreas afins e a produção de material didático para deficiente visual e surdos, assegurado a expansão em todo estado;
- Incentivo nas instituições públicas à formação de uma agenda ambiental na administração pública e colocá-las em prática, bem como, favorecer a educação ambiental para o desenvolvimento sustentável;
- Apoio/expansão do Atendimento Educacional Especializado ao aluno público-alvo da Educação especial, focando principalmente no acesso à educação de qualidade, Escola Acessível, salas de recursos multifuncionais, benefício da prestação continuada (BPC) na escola e transporte escolar acessível;
- Desenvolvimento de políticas de incentivo aos estudantes do ensino médio, inclusive na modalidade EJA e profissional com foco na redução do abandono escolar, garantindo a conclusão do ciclo da educação básica;
- Ampliação e melhoramento do serviço de transporte escolar, avançando no gerenciamento dos projetos e programas relacionados ao financiamento, renovação da frota e aquisição de ônibus escolares;
- Expansão e aperfeiçoamento da infraestrutura e rede de internet nas unidades escolares com o objetivo de implementar tecnologias educacionais voltadas para ampliação do conhecimento, vinculada à formação continuada dos professores nas tecnologias digitais;
- Criação de premiação para alunos, professores e gestores, considerando desempenho acadêmico (alunos), destaques em projetos e programas (professores/diretores);

- Articulação junto a Secretaria estadual e municipal de saúde da garantia de serviços de psicologia, fonoaudiologia, psiquiatria, terapia ocupacional, psicomotricidade realcional e outros para melhor para os estudantes públicos alvo da educação especial;
- Escolas de Tempo Integral, ofertando conteúdos extracurriculares, como: educação financeira, atividades esportivas e culturais;
- Criação de programa de bolsas de produtividade em pesquisa estadual, conforme modelo praticado pelo CNPq;
- Contribuição para formação de uma comunidade científica de qualidade em padrões internacionais, com intenso intercâmbio, e bem financiada em seus projetos de pesquisa e programas de pós-graduação, através do fortalecimento da Secitece (Secretaria de Ciência Tecnologia e Educação Superior);
- Criação/aumento da interiorização da pesquisa científica e inovação no Estado;
- Associação aos órgãos do sistema federal, como o FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos) para financiar a inovação;
- Parcerias com órgãos de financiamento para criação de fundos de aval e de venture capital, com o objetivo de alavancar a inovação no Estado;
- Fomento do uso e desenvolvimento de novas tecnologias de dados abertos e a interação de dados governamentais, visando a melhor governança e estímulo a empresa inovadoras;
- Fortalecimento das bases da economia solidária e economia criativa, com ampliação dos incentivos fiscais e o aumento de editais públicos e adequações legais, nas áreas de Tecnologia social, Tecnologia Assistida, Extensão Tecnológica e Arranjos Produtivos Locais;
- Criação de incubadoras e promoção da aceleração de empresas de base tecnológica e social, associadas ao empreendedorismo local;
- Ampliação do programa de inovação de apoio financeiro (subvenção econômica) específico para MPEs atuantes nos diversos setores estratégicos;
- Fortalecer as Universidades estaduais como polos de desenvolvimento científico e tecnológico em áreas estratégicas para o estado;
- INTERCAMBIO INTERNACIONAL no que diz respeito ao geoparque do Seridó. Será aberto intercâmbios com as principais instituições de ciências do país e internacionais, por meio de plataformas digitais, sistemas de informações e aplicações abertas, como referência para a comunidade geocientífica. Cooperação com o BID, Banco Mundial, Unesco, FAO, OMS, instituições da ONU ligadas às metas do Milênio, Fundações internacionais de cooperação.
- Mobilização de talentos nativos (várias áreas do conhecimento), que tem como objetivo integrar o planejamento do Estado (prestação de serviços), com a colaboração de outras áreas de governos e a iniciativa privada. Para tanto, proceder-se-á levantamento para identificar áreas no RN prioritárias para receberem INCENTIVOS (GERAÇÃO DE RENDA E EMPREGO, A PRIORIDADE). Desenvolver programa de EMPREENDEDORISMO (associado ao Sistema S e outros órgãos), com PRIORIDADE NA AGROINDUSTRIA, ou seja, agregar

valor aos nossos produtos agrícolas. Mobilizando jovens áreas de estudo da agronomia e similares (níveis médio e superior) para participarem na área de empreendedorismo agroindustrial, de forma a criar classe média rural pelo incentivo à colonização, cultura e industrialização de produtos agrícolas adequados às condições de cada mini região, tais como, caju, coco, melão, uva e frutas em geral;

- Reimplantação da CRUTAC (CENTRO RURAL DE TREINAMENTO E AÇÃO COMUNITÁRIA – criado em 02/08/66, programa da UFRN, que foi ampliado para todo o país, através do SINCRUTAC, NO MEC), através de ações multidisciplinares nos municípios, com a participação das várias esferas de governo. Criação de CONSÓRCIOS MUNICIPAIS para receber serviços desse programa e outros. Análise do projeto RN SUSTENTAVEL, da Federação das Indústrias do RN, com a preocupação de ampliar o alcance dos serviços a serem prestados em vários níveis. Envolvendo a Universidade estadual, além da UFRN e privadas, através de acordos, em ações na área rural, para a prestação de serviços, por meio de um grande projeto de extensão acadêmica. Programa multidisciplinar com a participação de governos estadual, federal e municipal com foco único da promoção social e reunir alunos das diversas áreas da UFRN, assistidos por professores, na busca de tornálos cidadãos mais conscientes e aptos a lidarem com suas responsabilidades sociais;

- ESTUDO DE VIABILIZAÇÃO DE CENTRO DE PESQUISA DA BIODIVERSIDADE DO ESTADO A PARTIR DA ÁREA GEOGRÁFICA AINDA PERTENCENTE A MATA ATLÂNTICA. O RN dispõe de 2.000 hectares a beira-mar (14 km de praia virgem), localizado em Baía Formosa (“Mata da Estrela”), inserido no domínio da “Mata Atlântica” brasileira (15% do território nacional) e que cobre 17 Estados. Além dessa área, situam-se no RN as reservas de Stoessel de Brito em Jucurutu e outras em Acari e Taipu. A “Mata da Estrela” foi tombada pelo Estado em 1993 e passou a integrar a “Reserva da Biosfera da Mata Atlântica Brasileira”. No ano 2000 transformou-se em RPPN - Reserva Particular do Patrimônio Natural, unidade de conservação, que visa a proteção dos recursos ambientais existentes. Potencial para implantação de polo farmacêutico para fabricação de Medicamentos fitoterápicos. Atrair indústria farmacêutica nacional e internacional para pesquisas nessa área, consorciada com UERN e Centros de Ciências do estado;

1.1 - CULTURA

Nosso Governo se dispõe a dialogar de forma mais efetiva e permanente na construção de instrumentos de desenvolvimento da Cultura, respeitando toda a sua transversalidade e diversidade. Compreendemos que a política pública estadual para a Cultura é uma ação firmada em princípios, operações, procedimentos administrativos e orçamentários, que se interligam com a educação e saúde. Fomentaremos novos equipamentos culturais em Natal e no

interior do estado, ampliando a rede dos Pontos de Cultura para todos os municípios do RN, através das seguintes ações:

- Criar uma plataforma digital livre, gratuita e colaborativa de mapeamento das identidades culturais e da produção cultural do RN;
- Instituir parcerias com as iniciativas pública e privada para o desenvolvimento de ações culturais;
- Criar mecanismos de gestão de equipamentos culturais no Estado do RN;
- Criar planos setoriais da cultura nas bibliotecas públicas do Estado com linguagem específica para pessoas com deficiência;
- Criar um programa estadual de promoção da Diversidade étnica cultural (cultura afrodescendente, culturas indígenas).
- Criar um Programa de Artes e Circo, potencializando o circo com equipamentos culturais itinerantes no Estado;
- Fortalecer as instâncias de participação da sociedade civil e o controle social;
- Reformular um organograma Cultural, revendo seus fluxos e legislações, com vistas a executar a política de cultura do Estado;
- Estabelecer o mapeamento das entidades e produções culturais do Estado e criar uma plataforma digital livre, gratuita e colaborativa;
- Ampliar a rede dos Pontos de Cultura para todos os municípios, e implantar serviço de fomento, acompanhamento, assessoramento e capacitação;
- Recomendar a formação de um grupo de trabalho para refletir sobre o ensino das artes no RN, articulando instituições que desenvolvam formação na área, com perspectiva de potencializar programas e ações;
- Elaborar e implantar um programa estadual de formação, articulando parcerias públicas e privadas a fim de promover a atualização, a capacitação e o aprimoramento de agentes e grupos culturais, gestores e servidores públicos, produtores, conselheiros, professores, pesquisadores técnicos e artistas para atender a todo o processo de criação, produção, fruição, gestão de projetos, qualificação dos bens e serviços, garantindo a formação cultural nos níveis básico, médio, técnico, nas modalidades de ensino à distância e presencial;
- Criar um Programa que garanta a sustentabilidade e continuidade dos eventos já consolidados no Calendário Cultural do Estado, como os festivais, feiras e mostras anuais e bienais;
- Elaborar e institucionalizar um Plano Estadual do Livro, da Leitura e Literatura e deflagrar campanha para implementação dos planos municipais;
- Criar um Plano Estadual da Cultura para a Infância em forma de lei específica;
- Criar um programa de circulação estadual, nacional e internacional de produções culturais do estado do RN;
- Elaborar um Programa de Desenvolvimento da Economia da Cultura no RN, como política intersetorial de estado com a sociedade, envolvendo diferentes secretarias e entidades civis.

2 - SAÚDE

É necessário reconhecer que o SUS (Sistema Único de Saúde) está em permanente construção e que demanda diálogos, articulações políticas e novos arranjos técnicos e institucionais. É preciso trabalhar para que seja garantido à população o acesso universal e igualitário. Ampliação, estruturação, qualificação e gestão de resultados associados à tecnologia serão ferramentas fundamentais para reorganização e melhoramento da atual situação em que se encontra a saúde no RN. Precisamos também fortalecer os sistemas de apoio logístico e de governança do SUS, tendo um sistema moderno de regulação e avançados meios da tecnologia e informação. Partindo do conhecimento das especificidades territoriais de cada setor de saúde será, possível modernizar e garantir celeridade à gestão. Assim, iremos:

- Garantir atenção especial à saúde das mulheres;
- Investir em políticas públicas preventivas na primeira infância que se inicia desde o início da gravidez e requer uma monitorização do estado de saúde da mãe e do seu bebê, garantindo uma assistência nutricional das mães;
- Ampliar e monitorar o Projeto Criança Feliz, assegurando cuidado integral às crianças potiguares até os 02 anos de idade;
- Buscar a integração das unidades de saúde estaduais e municipais através da implantação do prontuário eletrônico, para que se tenha fichas médicas on-line, disponíveis em qualquer unidade pública de saúde do estado, facilitando a implementação de uma medicina preditiva;
- Reforçar a rede de hospitais-polo no interior, aumentando a capacidade de atendimento, bem como, fortalecer a rede de Hospitais de Pequeno Porte, aumentando a capacidade resolutiva, conforme necessidade de cada região;
- Aumentar o acesso à Saúde ocular, universalizando a assistência às pessoas portadoras de glaucoma, catarata e outras patologias oftalmológicas;
- Estabelecer a Atenção Primária à Saúde (APS) no Estado como estratégia de organização, monitoramento e avaliação, com cobertura da Estratégia de Saúde da Família (ESF);
- Apoiar a inclusão de novas especialidades e exames em Policlínicas Regionais de acordo com as demandas e necessidades da população residente, nos municípios e regiões de Saúde, viabilizado através de convênios e parceria com instituições da iniciativa privada;
- Ampliação de leitos de retaguarda no Estado, incluindo o incentivo a parceria com os hospitais privados com e/ou sem fins lucrativos, principalmente leitos de longa permanência, traumatologia e Unidade de Tratamento Intensivo (UTI);
- Criar políticas para qualificação da gestão e humanização das unidades assistenciais, como a contratualização de metas e resultados, monitoramento e avaliação, acreditação e investimento na profissionalização da gestão;
- Criar uma Central de Serviços Compartilhados para manutenção preventiva e corretiva de equipamentos e mobiliário dos serviços de saúde do Estado;
- Apoiar as ações de provimento e fixação de equipes multiprofissionais para o

SUS em todas as regiões do Estado do RN, incluindo o programa Mais Médicos;

- Ampliar políticas públicas preventivas e de acompanhamento em combate ao tabagismo, alcoolismo e vícios, visto que levam a doenças crônicas que, eventualmente, ocasionam em tratamento recorrentes e dispendiosas para o sistema público de saúde (saúde preventiva);
- Utilização de tecnologia (softwares de gestão para instituições de saúde), proporcionando controle eficaz nos agendamentos, atendimentos, prontuário eletrônico com todo histórico do paciente, laboratórios, controle de medicação (vencimentos e controle de demanda) e almoxarifados;
- Reestruturação da Rede Estadual de Vigilância em Saúde, contemplando o redimensionamento na quantidade de profissionais, com valorização do trabalhador, ajustes na estrutura organizacional e reforma das instalações físicas;
- Implantar uma política de comunicação em saúde no Estado para promover a gestão participativa, articulando redes sociais, dentre outros dispositivos de comunicação virtual, mídias formais (rádio, vídeo etc.) e mídias alternativas (rádios comunitárias, teatro de rua etc.);
- Implementar redes de urgência e emergência, rede cegonha, de atenção especializada, de cuidados com as pessoas com deficiência, de atenção às pessoas com doenças crônicas, de atenção psicossocial e apoio técnico à informatização da rede de atenção;
- Valorizar a Carreira dos profissionais da saúde;
- Implantar os Laboratórios Fitoterápicos Regionais;
- Criar Centros de Convivência para o Idoso com equipe multiprofissional;
- Garantir a continuidade da formação profissional técnica do Agente Comunitário de Saúde;
- Garantir a formação profissional para agentes de combate a endemias;
- Fortalecimento da vigilância da qualidade da água alinhada à política de recursos hídricos e saneamento;
- Fortalecer a Política de Atenção à Saúde do Idoso no estado;
- Criar a juventude Saudável em articulação com as Secretarias Municipais para desenvolver atividades culturais, educativas e desportivas;
- Implementar, em articulação com as Secretarias de Esporte e Ação Social, Centros Poliesportivos e Culturais e Unidades de Acolhimento aos usuários de drogas, em parcerias e convênios com OnG's e instituições sem fins lucrativos;
- Melhorar e amplificar a estrutura do IML (Instituto médico Legal) em regiões do Estado, interligando com a secretaria de saúde para monitoramento das causas mortes, servindo de base para novas políticas públicas;
- Avançar na Rede de Atenção às Pessoas com Deficiência, melhorando também o transporte para cadeirantes;
- Aumentar as políticas de promoção à saúde, prevenção e atenção às DST/HIV/AIDS;
- Implantar o Acolhimento por Classificação de Risco (ACR), em todas as unidades do Estado;
- Desenvolver ações de promoção, prevenção e atenção ao câncer de pele, com

foco para população/trabalhador do campo e litoral.

- Fortalecer a vigilância do óbito materno-infantil;
- Ampliar a assistência e tratamento do paciente oncológico;
- Implantar a Saúde da População Negra e Quilombola, realizando campanhas para diagnosticar e prevenir a anemia falciforme e outras doenças específicas do negro, além de capacitar agentes comunitários de saúde que trabalham dentro das comunidades quilombolas;
- Implantar políticas públicas da saúde a Populações circenses, povos ciganos e populações em situação nômade;
- Investir e aumentar a capacidade instalada de serviços de urgência e emergência pediátrica nas macrorregiões de saúde do Estado;
- Garantir aporte de recursos para UPA em municípios com grande fluxo de turismo;
- Ampliar a quantidade de mamógrafos, aparelhos de ressonância, ultrassom, cintilografia e eletroneuromiografia nos hospitais estaduais, bem como tomografia nos hospitais-polo;
- Fortalecimento de estratégias que integram Política Nacional de Promoção em Saúde como exemplo: academia da saúde, projeto vida no trânsito, violência e cultura de paz (prevenção);

2.1 - ESPORTE

O esporte será ferramenta de muita importância para trabalharmos melhorias das condições de saúde e qualidade de vida da população, a partir de uma ótica integradora das políticas sociais, comunicações interdisciplinares e ações intersetoriais.

Dentro dessa compreensão apontamos as políticas educacionais, de cultura, esporte e lazer que considerem o fortalecimento da cidadania, como capazes de promover mudanças estruturais efetivas e sustentáveis no cotidiano da sociedade.

A saúde e desenvolvimento local serão alicerçadas em ações voltadas ao esporte e lazer e, como demanda social, devem ser capazes de recriar a sociabilidade cotidiana, produzindo coletivamente um contexto favorável à valorização dos sujeitos, através das seguintes ações:

- Investir e aumentar, regulamentar e implantar a Lei de Incentivo ao Esporte no âmbito estadual, fortalecendo as parcerias com o setor privado para o desenvolvimento e fomento de políticas públicas de responsabilidade social;
- Realizar estudos para a criação de uma base de dados para o mapeamento, acompanhamento e avaliação dos equipamentos, programas e projetos esportivos do estado do RN;
- Estabelecer um calendário esportivo anual contemplando todas as áreas do

esporte;

- Construir o modelo de gestão de uso e funcionamento do Centro de Formação Olímpica, que referencie suas atividades esportivas e seu financiamento de custeio e manutenção, incluindo as pessoas com deficiência;
- Apoiar a realização de jogos esportivos competitivos em todas as áreas, contemplando e respeitando a diversidade cultural, o meio ambiente e a saúde (esportes: paralímpicos, radicais, náuticos, de areia, na terceira idade, entre outros);
- Comprar materiais esportivos para a prática de esportes paraolímpicos;
- Construir um projeto estratégico de fortalecimento dos esportes olímpicos e paralímpicos;
- Formular uma política para atrair eventos esportivos regionais, nacionais e internacionais;
- Fomentar e ampliar as ações e projetos esportivos nas praças e parques, em parcerias com o município, tendo em vista a formação de um programa de esporte na comunidade, a partir da expansão das academias ao ar livre;
- Ampliar as ações e projetos esportivos nas escolas públicas;
- Criar uma rede integrada de treinamento em escolas, federações, clubes, vilas olímpicas, centro de iniciação ao esporte e o centro de formação olímpica;
- Desenvolver estratégias de governo para custeio de estruturas esportivas existentes;
- Modernizar centros esportivos já existentes e revitalizar praças e áreas de lazer nas diversas regiões do estado. Apoiar arranjos produtivos locais e negócios criativos, como fábricas de materiais esportivos nos presídios, que estimulem o relacionamento entre as cooperativas, as micro, pequenas e grandes empresas do esporte, gerando oportunidades de emprego e renda;
- Criar novas fontes de financiamento das bolsas de incentivo, ampliando o número de bolsas e valores, inserindo o apoio técnico no benefício;
- Executar um levantamento da quantidade de deficientes existentes no nosso Estado, bem como a situação social e o estado de saúde destes;
- Realizar planejamento estratégico participativo com as entidades representativas da sociedade civil do segmento do esporte e lazer;
- Ampliar a rede de participação de esporte e lazer no estado, fortalecendo os projetos existentes;
- Celebrar parcerias e fortalecer projetos permanentes através do movimento social organizado com os órgãos de segurança pública, da saúde, do desenvolvimento social e entidades envolvidas na prevenção ao uso de drogas e na reabilitação dos usuários;
- Criar programas de atividade física em parceria com a secretaria de saúde, para prevenção e tratamento de doenças crônicas;
- Fortalecer os projetos esportivos e a disciplina de Educação Física nas escolas públicas, bem como incentivar e articular o fortalecimento da atividade física nas escolas públicas;
- Construir, custear e reformar os centros de iniciação do esporte, os estádios e os ginásios poliesportivos nas diversas regiões do Estado;

- Implantar academias ao ar livre nas praças públicas;
- Construir quadra de tênis, vôlei, futebol e pistas de skate e atletismo nos municípios do Estado;
- Promover incentivo da valorização e ocupação dos espaços públicos, com ênfase no meio ambiente, criando um sentimento de cuidado com o bem público pela população em parcerias com os municípios;
- Construir e manter praças com espaços adequados para práticas esportivas, com segurança e acompanhamento de profissional formado para orientação;
- Planejar a criação de cursos a distância para capacitar os profissionais que atuam em diversos projetos e programas esportivos;
- Elaborar e executar um plano de formação e desenvolvimento das entidades do terceiro setor, melhorando sua capacidade de gestão e organização no âmbito das parcerias e trato com recurso público;
- Viabilizar a parceria com as instituições do ensino superior para fomentar o estágio de estudantes com o intuito de permitir melhor qualificação profissional;

2.2 - SANEAMENTO

O saneamento será fundamental na nossa gestão, visto que tem ligação direta com saúde, desenvolvimento econômico (turismo) e no processo de desenvolvimento social. Dentro de um exame situacional do saneamento básico verificamos a transversalidade do tema em diversas áreas de uma sociedade e seu potencial como ferramenta capaz de reduzir e até erradicar a pobreza e a marginalização, além de reduzir as desigualdades sociais e regionais.

O planejamento da política de saneamento engloba os aspectos dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, a coleta e disposição de resíduos sólidos, a drenagem urbana e o controle de vetores, considerando a relação entre qualidade de vida e saneamento no processo de desenvolvimento social.

Ressaltamos que boa parte dessas estruturas são de responsabilidade dos municípios, no entanto o Estado é corresponsável pela precariedade dessas estruturas, sobretudo, por ter a CAERN como a empresa responsável por trabalhar diretamente as questões ligadas à água e esgoto e por ter dentro de sua estrutura secretarias (como a SEMARH, por exemplo) que poderiam capacitar os municípios e instituir junto às cidades mecanismos de planejamento relacionados a essa temática, a exemplo dos planos municipais de saneamento que não progrediram em razão da falta de corpo técnico nos municípios do interior do estado, sobretudo os de menor porte.

O papel do Estado em caráter de serviço público do saneamento deve ser fornecer a todos com equidade tais serviços. É notório a existência de um déficit na área, e inicialmente iremos priorizar o acesso dos serviços à população de

baixa renda. Com esse intuito será desenvolvido um planejamento e avaliação dos serviços; a implantação de regras claras para a delegação dos serviços, dentre as quais a necessidade de plano municipal e de consulta pública; o reconhecimento do controle social como um dos instrumentos da gestão dos serviços, que serão viabilizadas através das seguintes ações:

- Revisão do Plano Estadual de Saneamento Básico;
- Fortalecer e estimular a SEMARH na elaboração dos Planos Municipais de Saneamento, através da gestão do saneamento na zona rural como uma organização social;
- Definir a Política Estadual de Saneamento Básico alinhado com a Política Estadual dos Recursos Hídricos e com a Política Estadual de Resíduos Sólidos;
- Desenvolver e implementar um plano de comunicação para despertar a percepção do valor do saneamento com os impactos gerados na saúde, na qualidade de vida e no ambiente;
- Realizar o cadastramento e fomentar a organização e a capacitação de associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis no Estado, incentivando a implementação de serviços de coleta seletiva de recicláveis.
- Estudo sobre as estruturas de água e esgoto já existentes e consequente definição das medidas corretivas e emergenciais a serem tomadas nessas variáveis;
- Readequação das Estações de Tratamento de água existentes para aprimorar os níveis de tratamento;
- Estímulo à concessão dos serviços de água e esgoto a empresas privadas;
- Estímulo a políticas de reuso das águas provenientes das ETEs operadas pela CAERN para fins agrícolas;
- Promover a modernização e readequação do sistema computacional responsável pelo banco de dados da CAERN, com o intuito de se obter dados de maneira mais rápida e eficiente e, consequentemente, definir políticas públicas de curto, médio e longo prazo referentes a água e esgoto;
- Aplicar a Gestão de resultados na CAERN, como forma de garantir serviços de qualidade à população;
- Celeridade nos processos referentes ao esgotamento, ao abastecimento de água, aos resíduos sólidos e à drenagem em tramitação nos órgãos e secretarias ambientais competentes;
- Estudo sobre a viabilidade da implementação e ampliação dos sistemas de coleta de esgoto e abastecimento de água;
- Dentro da estrutura do Estado disponibilizar mecanismos de articulação junto ao governo federal para captação de recursos referente a essas variáveis;
- Adequação imediata das estruturas de drenagem presentes em vias estaduais que são fundamentais para o escoamento da produção de bens e insumos.
- Estímulo à implantação dos consórcios públicos de Resíduos Sólidos através de

3 - ASSISTÊNCIA SOCIAL

As políticas públicas da Assistência Social serão apresentadas objetivando a superação do cenário de vulnerabilidade e risco pessoal, familiar, comunitário e social, de forma a garantir seguranças de: **I)** acolhida (relacionada à oferta pública de espaços e serviços de proteção básica); **II)** renda (operada por meio da concessão de auxílios financeiros e de benefícios continuados, nos termos da lei, para cidadãos não incluídos no sistema contributivo de proteção social, em situações de vulnerabilidade decorrente do ciclo de vida e/ou incapacitados para a vida independente e para o trabalho); **III)** convívio ou vivência familiar, comunitária e social (através da oferta pública de rede continuada de serviços garantidores de oportunidades que favoreçam a criação e retomada de vínculos familiares e sociais, bem como as condições para o exercício de atividades profissionais); **IV)** desenvolvimento da autonomia individual, familiar e social (pela superação das causas das vulnerabilidades e riscos sociais; e, **V)** Apoio e auxílio (pela prestação de apoio em eventos e circunstâncias, de forma transitória e eventuais).

Os serviços de proteção social básica são realizados na esfera municipal, incumbindo ao Estado o cofinanciamento e o apoio técnico aos municípios, que distribuiremos em dois níveis:

1) proteção social básica e proteção social especial (LOAS, Art. 6º), que atende às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social, prevenindo situações de risco e fortalecendo vínculos familiares e comunitários através de unidade de referência para oferta de seus serviços, programas, projetos e benefícios e o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS).

2) proteção social especial, de média ou alta complexidade, objetiva proteger famílias e indivíduos em situações de risco pessoal e social, cujos direitos tenham sido violados, com ou sem rompimento dos laços familiares e comunitários. Essas situações decorrem de abandono, maus-tratos físicos e/ou psíquicos, abuso e exploração sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, dentre outras. Esse nível de proteção tem como unidade de referência para oferta de seus serviços, o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS).

Buscaremos na assistência social:

- Regular em lei a organização do SUAS no RN, de modo a atender a todas as funções previstas na Política Nacional de Assistência Social- PNAS.
- Implementar o Plano Estadual de educação permanente do SUAS;
- Adequar a estrutura administrativa do órgão gestor do SUAS no âmbito estadual às diretrizes e normativas da gestão do SUAS;
- Regionalizar, em municípios de pequeno porte, serviços de alta complexidade destinados ao atendimento de crianças e adolescentes;

- Incentivar a formação de consórcios ou termos de cooperação técnica entre municípios de pequeno porte para a gestão dos serviços regionalizados;
- Ampliar o apoio técnico e financeiro a todos os 167 municípios do RN, qualificando-os à gestão e à oferta dos serviços à população em situação de vulnerabilidade social, risco pessoal e social.
- Garantir infraestrutura, recursos humanos e financeiros para o funcionamento das instâncias de controle social do SUAS no RN;
- Ampliar o cofinanciamento para serviços de proteção social básica e especial no atendimento a idosos e pessoas com deficiência;
- Assegurar a interface entre Política de Assistência Social e do Trabalho, por meio de portaria ou acordo de cooperação, garantindo o acesso da população em situação de vulnerabilidade às ações de qualificação profissional e empreendedorismo.
- Implantar CREAS Regionais para atendimento às famílias e indivíduos com direitos violados;
- Estender a regionalização de serviços de alta complexidade para atendimento aos idosos em municípios de pequeno porte.

3.1 - HABITAÇÃO

Apresentamos a política de Habitação para o Governo no período 2023-2026, especificando seus princípios e iniciativas, com vistas ao enfrentamento do déficit habitacional e da inadequação domiciliar no Estado do RN. Iremos levar em consideração três aspectos na questão habitacional: 1) Necessidade de adequação de unidades habitacionais existentes; 2) necessidade de incremento e de reposição de unidades habitacionais; e 3) Construção de casas populares na cidade e no campo.

Existe uma grande demanda de regularização documental dos imóveis residenciais, principalmente em imóveis ocupados por famílias de menor renda, e outra importante demanda é lançar programa especial de eliminação de casas de taipa e melhorias habitacionais. Além das demandas já elencadas, podemos resaltar a criação de políticas públicas que garantam moradia para as famílias que hoje ocupam áreas de risco, bem como criação de programa de regularização fundiária nas cidades em parceria com as prefeituras, inclusive realizando mutirões, para garantir o papel da casa a milhares de famílias que até hoje não têm a escritura do terreno, nem da casa onde vivem.

3.2 - PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Nesse plano de governo teremos em todos seguimentos políticas públicas voltadas para pessoas com deficiência no sentido amplo. Por esse motivo a organização político-administrativa será alicerçada em valores que garantam essa assistência.

Acreditamos que é preciso dar visibilidade ao trabalho das pessoas com deficiência que possuem condições de realizar atividades, incentivando conhecimento e os orientando para a participação no mercado de trabalho, de forma estimular a autonomia. Contudo adotaremos um conjunto de ações que proporcionem tais resultados, como:

- Garantir a participação social com comissões das pessoas com deficiência;
- Fomento à participação e permanência dos deficientes no mundo do trabalho, com garantia de qualidade nas condições e igualdade de rendimentos quando são capazes de realizar ações de forma plena;
- Promoção da organização produtiva e o acesso à renda para os deficientes, principalmente àqueles em vulnerabilidade;
- Garantir qualificação, inclusive com testes vocacionais, capacitação aos deficientes atendidos pela rede estadual, objetivando sua inclusão no mercado de trabalho;
- Capacitação de profissionais da saúde e de equipamentos adequados para atender com qualidade as especificidades das pessoas com deficiência em todos os hospitais, UPAs, clínicas, consultórios, etc., de responsabilidade do Estado e a inclusão de, pelo menos, um intérprete de libras em cada equipamento de saúde;
- Garantir e tornar efetiva a dispensação de órteses, próteses e insumos, prevista na política de atenção à saúde da pessoa com deficiência;
- Instituir centros especializados em reabilitação nos Hospitais Regionais do Estado e também a criação do Centro de Referência em Autismo em Natal, para efetivar a habilitação e reabilitação com o objetivo de melhorar as funcionalidades das pessoas com diversas deficiências, para promover a sua autonomia e independência;
- Adoção de medidas de proteção contra o abandono de pessoas com deficiência e medidas protetivas contra abusos e exploração sexual de pessoas com deficiência;
- Construção de casas de passagem para pessoas com deficiência, podendo também ser viabilizada através de parcerias e convênios com entidades particulares ou instituições sem fins lucrativos, em todas as cidades em que funcionem centros de reabilitação;
- Investimento na construção e implementação de residências inclusivas, que venham a atender de forma adequada as pessoas com deficiência que se encontram em situação de rua;
- Fortalecimento das ações sobre habitação para as pessoas com deficiência, garantindo moradia digna, com desenho universal e prevendo acessibilidade nos projetos, priorizando os programas de habitação de interesse social - Programa Minha Casa Minha Vida;

- Providência da inclusão de intérpretes de libras, bem como de tecnologias de auxílio à comunicação com surdos (celular, tablet e afins), sucessivamente, em delegacias e cabines e viaturas policiais;
- Passe livre intermunicipal e criação de linhas especiais de transporte de pessoas com deficiências para os locais de trabalho;
- Fortalecimento da base estadual em seu sistema de assistência jurídica, garantindo o acesso de pessoas com deficiência aos Fóruns, Defensorias, Cartórios e Promotorias.
- A garantia de um sistema educacional inclusivo, aparelhando escolas da rede pública com recursos multifuncionais, qualificação de profissionais, adaptação de espaços físicos, incentivo às famílias para a matrícula, a permanência e sucesso de pessoas com deficiência em todos os níveis da educação, desde a pré escola ao ensino superior.

3.3 – MULHER

Ao longo dos anos a mulher vem conseguindo aumentar o seu espaço nas estruturas sociais, abandonando a figura de mera dona de casa e assumindo postos de trabalho, cargos importantes em empresas e estruturas hierárquicas menos submissas. O presente plano desenvolve-se no conceito de políticas públicas de valorização das mulheres, com a preocupação dos efetivos resultados apartir de uma gestão de resultados feita através de monitoramento e acompanhamento das políticas públicas. As referidas políticas irão contemplar ações como:

- Fortalecimento e ampliação da Rede de Saúde Integral da Mulher, dos Direitos Sexual e Reprodutivo, garantir a efetivação do Pacto Nacional de Enfrentamento da Violência Contra a Mulher;
- Garantia da efetividade da Lei Maria da Penha, com o fortalecimento e a ampliação da rede de atendimento à mulher vítima de violência, com especial atenção para as Delegacias de Mulheres;
- Contribuição para a redução da gravidez na adolescência e enfrentamento à morbidade materna;
- Implantação de Casas para acolhimento de todos os equipamentos da rede de atendimento da mulher vítima de violência;
- Estimular aos municípios a implantar creches em tempo integral, cozinhas comunitárias e lavanderias públicas, bem como garantia da escola em tempo integral;
- Promover a igualdade no mundo do trabalho com autonomia econômica e fomento à participação e permanência das mulheres no mundo do trabalho, com a garantia de qualidade nas condições e igualdade de rendimentos;
- Garantir a capacitação para as mulheres atendidas pela Rede Estadual, objetivando sua inclusão no mercado de trabalho, assim como linhas de créditos para mulheres empreendedoras e a ampliação de programas de inclusão produtiva para as mulheres em situação de vulnerabilidade;

- Promover a visibilidade ao trabalho da mulher do campo, dos indígenas, ciganas e das comunidades tradicionais, incentivando seus saberes e orientando-as para a participação no mercado de trabalho;
- Fortalecer e estimular à ampliação da participação das mulheres em cargos de poder e decisão e sua participação nos partidos políticos e nos cargos de liderança e decisão no âmbito das entidades representativas dos movimentos sociais, sindicatos, conselhos etc.
- Garantia do acesso das mulheres jovens, idosas e mulheres com deficiência a programas, equipamentos e políticas públicas.

3.4 – IGUALDADE ÉTNICO-RACIAL

Dentro dos princípios pautados no respeito e de igualdade criando condições para que os Povos e Comunidades Tradicionais de Terreiros, Indígenas, Quilombolas, Ciganos, Pescadores e População Negra proponham e executem projetos socioeconômicos, educacionais, sociais e culturais voltados para proteção, valorização e desenvolvimento das comunidades com base no modo próprio de cada povo ou comunidade tradicional.

Fomentaremos tais políticas através de apoios e parceria com bancos públicos (BNB, BB, Caixa Econômica e BNDES) para implementação de políticas e programas de desenvolvimento socioeconômico de acesso ao crédito e financiamento de empreendimentos protagonizados pelos Povos e Comunidades Tradicionais de Terreiros, Indígenas, Quilombolas, Ciganos, Pescadores e População Negra no Estado.

É preciso reconhecer os Povos e Comunidades de Matriz Africana e Afro-brasileira como patrimônio cultural e imaterial no Estado do RN. Estabelecendo as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Por fim, é preciso fortalecer a política de promoção da igualdade racial através de um plano e conselhos.

3.5 - IDOSO

Inicialmente é preciso lembrar que todas as pessoas estão sujeitas a alcançar a velhice. Com as perspectivas de aumento gradativo da expectativa de vida, é dever do estado garantir políticas públicas direcionada ao público da terceira idade e assegurar o cumprimento de leis já existentes.

Criaremos políticas públicas que tenham por objetivo assegurar os direitos sociais do Idoso, criando condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade, além de políticas de combate das situações de pobreza e de promoção da acessibilidade estrutural dos espaços públicos.

Será criada uma Rede Estadual de Proteção e Defesa da Pessoa Idosa em consonância com as diretrizes da Rede de Proteção e Defesa da Pessoa Idosa e das Deliberações das Conferências Nacional e Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa, por meio da articulação e integração de serviços e equipamentos sociais existentes.

Haverá promoção de ações educativas e formativas dentro dos órgãos estaduais e capacitação de gestores, coordenadores de programas, projetos e serviços, grupos de idosos, cuidadores e familiares, objetivando a melhoria da qualidade do atendimento prestado. Favoreceremos a participação nas organizações da sociedade civil entidades assistenciais, fóruns, conselhos, nas discussões, deliberações dos programas e projetos estaduais, favorecendo o exercício do controle social com a participação popular dos idosos.

4 SEGURANÇA PÚBLICA

A Construção de um RN Justo e Pacífico orienta-se pela visão de segurança como um serviço público a ser prestado pelo Estado, tendo o cidadão como seu destinatário principal. A noção democrática e comunitária que conduz este processo é a de uma Polícia Cidadã que se apresenta à população como uma prestadora de serviços, promotora de direitos sociais e de uma convivência mais pacífica entre cidadãos e destes com a polícia, seus agentes e suas instituições.

Nessa ótica a política pública de segurança deve ter a capacidade de articular a repressão e prevenção ao crime, tem que trabalhar com a participação e envolvimento dos demais atores da sociedade e a própria sociedade, o que se pode denominar de prevenção social em detrimento do vigente sistema de prevenção criminal. O Estado através de políticas públicas de segurança duradouras e voltadas a uma prevenção social, tem que agir, cabendo o poder-dever da ação da proteção, mas este não é onipresente e nem mesmo suas forças o são, precisa da interação social, da participação comunitária e do compartilhamento de ações.

O presente plano de governo se estrutura no campo da análise preventiva e não somente reativa por parte do Estado. Fundamenta-se em ações baseadas numa política perene, possibilitando à sociedade sobrevivência e progresso, pois o conflito deve ser mantido dentro de limites administráveis.

A violência e a criminalidade que o estado do RN se encontra remetem à reflexão sobre a importância e a eficácia da organização policial. É necessário definir polícia a partir do que ela pode vir a ser e não de acordo com seu papel tradicional na sociedade, pois a polícia não representa isoladamente o sistema de Segurança Pública.

Sendo a Segurança Pública é um dos grandes problemas a ser enfrentado em nossa gestão, faz-se necessário desenvolver políticas públicas inter-relacionadas (União, Estados e Municípios), despidas de vaidades políticos partidárias.

As políticas públicas à serem apresentadas estarão focadas numa segurança pública de prevenção social, que para ser eficiente precisa ser compartilhada com a sociedade civil organizada, as leis penais e processuais, polícias, Ministério Público, Judiciário e Sistema Carcerário.

As políticas públicas a serem apresentadas estarão alicerçadas em três pilares gerais: AMBIENTE, TECNOLOGIA e INTEGRAÇÃO. A idéia não é focar apenas na polícia, mesmo sabendo que no sistema da segurança ela se sobressai, pois é a responsável diretamente pelo controle do crime, haja vista que na atual estrutura somente a polícia pode responder na velocidade que a gravidade e a urgência do problema exigem. Buscaremos então:

- Implementação de sistemas de tecnologia da informação para padronizar e dar celeridade aos procedimentos de investigação, bem como intensificar e modernizar o Serviço de Inteligência e Contra Inteligência, respeitando a legislação;
- Promover a integração das Guardas Municipais e dos Órgãos ou Entidades Executivos de Trânsito com as demais instituições de Segurança Pública: Polícias Militar, Civil e Penal, Corpo de Bombeiros, Perícia Forense, Bombeiros, Ministério Público além das Polícias Rodoviária e Federal, estabelecendo uma grande rede interligada em favor da Construção de um RN Justo e Pacífico;
- Criar o Gabinete Superior de Gestão Integrada, como instância responsável pela definição de metas globais, e pela supervisão dos resultados e acompanhamento da Segurança Pública no Estado, comandado pelo Governador do Estado;
- Investimento e ampliação das estruturas físicas das delegacias;
- Investimentos na área de segurança para modernização e humanização das unidades policiais, com foco na Criação da Cidade da Polícia em cada região do Estado que possibilite a funcionalidade de todos os órgãos envolvidos na segurança pública numa mesma área territorial;
- Fortalecimento dos serviços de inteligência policial;
- Qualificação continuada das polícias, dando estímulo e aprimorando as academias de polícia, além de atenção psicossocial direcionados aos integrantes das corporações;
- Desenvolver ações para valorização e capacitação dos seus profissionais.
- Equiparações Salariais;
- Modernização da frota policial, equipadas com internet móvel, tablet, impressora térmica portátil, adaptados ao veículo;
- Aprimoramento e modernização dos processos de atendimento e serviços prestados pelas polícias para que o cidadão fique cada vez mais seguro.

- Informatização total de todo o sistema de segurança pública do estado.
- Zerar o déficit policial no decorrer dos 04 (quatro) anos do governo Clorisa Linhares.

4.1 – POLITICAS SOBRE DROGAS

- Implantação e ampliação dos Programas de Prevenção do Programa Crack, é possível vencer: Tamo Junto, Jogo Elos e Fortalecendo Famílias nas Escolas Estaduais;
- Implantar equipamentos culturais, esportivos e de lazer em espaços de convívio social direcionados para crianças e jovens, localizados em regiões com elevado grau de vulnerabilidade social;
- Promover qualificação profissional dos usuários em tratamento egressos para a reinserção no mercado de trabalho por meio de parcerias público-privadas;
- Promover recuperação de viciados através da ampliação e criação de centros de recuperação, e também por meio de parcerias público-privadas e instituições sem fins lucrativos;
- Desenvolver programas sociais ligado a políticas preventivas a vícios através de ações ligadas ao esporte, cultura e urbanização.

5 – OPORTUNIDADES

Para proporcionar o desenvolvimento econômico sustentável no RN é preciso aproveitar com competência as potencialidades existentes no Estado e concentrar nossos recursos e capacidades nas oportunidades de negócios portadoras de futuro, capazes de produzir forte impacto positivo sobre o desenvolvimento econômico social.

Em conjunto com o “ Um Pacto Pelo Mais RN” da FIERN traçamos um diagnóstico da real situação do RN e traçamos estratégias de curto, médio e longo prazo, distribuídas por setores prioritários, com mapeamento de oportunidades de investimentos e negócios para iniciativa privada, responsável pela geração de emprego e renda do Estado.

Definimos o eixo estratégico que trata da base econômica de sustentação do desenvolvimento do RN, que pretende contribuir com a superação dos três macrodesafios por meio de duas estratégias gerais, a saber: Estratégia 1- Promover o crescimento econômico com desenvolvimento territorial (propostas capazes de responder ao grande desafio de garantir maior equidade regional ao desenvolvimento do RN); e Estratégia 2- Gerar mais emprego, trabalho emancipado, renda e riqueza (procura ampliar a ação de Governo para todo o conjunto das formas econômicas que conformam a economia potiguar).

É importante observar na segunda estratégia que o primeiro foco é a geração de emprego, que se refere a geração de emprego formal, com carteira assinada, por meio da ampliação do número e porte das empresas capitalistas, em que as relações sociais de produção são do tipo capital – trabalho. Já o segundo foco é a geração de trabalho emancipado. O termo reflete a concepção de trabalho preconizada e praticada pelo movimento de economia solidária e representa um diferencial em termos das relações sociais de produção.

O trabalho emancipado apresenta dois aspectos importantes na estratégia de sustentação econômica do desenvolvimento. Ele representa o que podemos conceituar como um circuito curto e direto de geração e distribuição de renda e um mecanismo de geração desconcentrada de riqueza.

Portanto, em termos temáticos, para o RN se desenvolver economicamente é necessário que se atente para os seguintes itens: agricultura familiar, agronegócio, indústria, economia mineral, comércio, turismo, artesanato, empreendedorismo, trabalho e renda, economia solidária, infraestrutura e nova economia. Tudo isso deve estar associado a: a) uma população educada e produtiva; b) serviços e indústrias integradas nacional e internacionalmente; c) exploração inteligente e sustentável de seus ativos naturais; d) infraestrutura de qualidade; e e) instituições de qualidade e governo eficiente e eficaz a começar pela:

5.1 - ACESSIBILIDADE

- Manter um programa ativo de manutenção de estradas boas;
- Promover melhorias emergenciais para recuperação das rodovias de péssima qualidade;
- Atrair investimentos da União para a pavimentação de 100% das estradas federais em trecho no RN;
- Duplicação da BR 304 entre Natal Mossoró;
- Construir/ampliar uma RN litorânea que ligue Natal a Tibau do Norte;
- Criar um Conselho de gestão para gerenciar as demandas da malha rodoviária apresentando possíveis soluções;
- Ampliar a capacidade aeroportuária;
- Atrair unidades produtivas e negócios para empresas no entorno do novo aeroporto;
- Reativar e ampliar a malha ferroviária, conectando as novas ferrovias à Nova Transnordestina, favorecendo a escoação da produção potiguar, de forma mais econômica, garantido maior competitividade;
- Integração Ferroviária;
- Ampliar a capacidade portuária;
- Conclusão do terminal pesqueiro;
- Polo exportador e turístico do grande Natal – Área de livre comércio (lado do aeroporto). Formular proposta Governo Federal, com base na necessidade de

ampliação das divisas nacionais, mobilizando todas as forças vivas do RN, em torno dessa ideia, que é vitoriosa em vários países do mundo, com geradora de empregos e renda. No Brasil só existe (sem implantação) uma área de livre comércio no Brasil, em Roraima. Sabemos que depende de lei federal. A proposta será mobilizar bancada federal e sociedade civil, criando Lei estadual: (a) Regulando a preservação de empresas e investimentos locais para evitar concorrência predatória com o advento da área de livre comércio; (b) Criação de estímulos e incentivos à formação de “núcleos regionais” (agreste, sertão, oeste etc....) no Estado do RN para dar suporte às exportações da área de livre comércio (Agroindústria, artesanato, joint venturis (associações) etc.; (c) Turismo - Na ótica INTERNACIONAL: transformar Natal em cidade de eventos. Atrair Congressos, reuniões internacionais etc; (d) Cidade tem vocação internacional pela sua posição geográfica privilegiada, em relação a proximidade da Europa, Canal do Panamá, África e Estados Unidos.

5.2 - SUSTENTABILIDADE

- Criar um Plano Diretor de expansão e gestão integrada de recursos hídricos;
- Expansão otimizada da reservação, adução, distribuição, utilização/reutilização e conservação de recursos hídricos;
- Elaboração direta ou indireta de todos os projetos de esgotamento sanitário e abastecimento de água das cidades ainda não atendidas com este tipo de sistema pela CAERN, possibilitando assim que a captação destes recursos junto a Brasília seja diretamente com o governo do estado, ou através dos municípios, ou por meio de parcerias público privadas como o modelo de concessões;
- Barreiros ou pequenas barragens: pequenas contenções para captação de água da chuva que visam a atender à carência de água para produção agrícola e alimentar;
- Kits de irrigação: conjunto de utilitários - composto de caixa d'água, bomba, mangueira, dentre outros - reunidos para a formação de um pequeno sistema de irrigação, com capacidade para irrigar, por sistema de gotejamento, uma área de 500 a 2.000 metros quadrados;
- Barragens subterrâneas: escavações, até as rochas, de valas, cujas paredes são forradas por lonas de plástico, e, a seguir, preenchidas como solo retirado, de forma a reter as águas pluviais sobre a rocha;
- Construção de barragens, açudes, adutoras e interligação de bacias (além de obras complementares à transposição);
- Ampliação do programa de adutoras do estado com a perfuração de poços profundos, além da conclusão e utilização eficiente dos grandes reservatórios.
- A implementação de uma Política Ambiental no Estado;
- Criar Comitês de Bacias Hidrográficas que passariam a ser também instrumentos de gestão e desenvolvimento do meio ambiente regional e local, garantindo uma maior aproximação da sociedade nos diversos problemas ambientais a enfrentar;

- Desburocratizar o processo de licenciamento ambiental, proporcionalizando celeridade, e regras mais claras;
- Desenvolver programa de gestão, educação e desenvolvimento socioambiental e econômico, voltados aos entes municipais;
- Apoiar proposição e a revisão de planos diretores para qualificação de tratamento da variável ambiental de forma transversal nas políticas públicas estaduais e municipais;
- Instituir política de educação ambiental em todo sistema escolar voltada para construção de uma cidadania participativa, transformadora, visando a construção de acordos sociais e o desenvolvimento de uma cultura de paz na construção de novos acordos sociais buscando um RN Saudável e Sustentável;
- Ampliar a capacidade de instalação de geração de energia eólica;
- Atrair fabricantes de equipamentos e partes utilizados nas instalações das usinas eólicas;
- Ampliação de redes de transmissão e energização das subestações para energia eólica;
- Formular proposta alterando as regras de arrecadação do ICMS recolhido na produção de energia eólica que atualmente é no Estado consumidor;
- Regulamentação da exploração energia eólica offshore, que é gerada no mar;
- Ampliar a capacidade de instalação de geração de energia solar;
- Fortalecer as parcerias estratégicas, intercâmbios e transferência de tecnologias com países que já avançaram nas energias renováveis;
- Incentivar linhas de financiamentos;

5.3 - ATIVOS NATURAIS

Além das energias renováveis (eólica e solar) e recursos hídricos já descrito anteriormente, temos ainda:

Recursos Minerais, incluindo Petróleo e Gás:

- Terceirização da exploração de poços de petróleo de não interesse da Petrobrás;
- Utilizar injeção de vapor na exploração de poços em terra e intensificar o esforço exploratório offshore;
- Utilizar poços exauridos para a exploração de gás natural;
- Ampliar a capacidade de refino de petróleo;
- Especializar-se no refino em QAV(querosene de avião) e outros derivados ainda poucos explorados;
- Produção de gás natural;
- Promover a complementariedade entre a produção termelétrica a gás e energia eólica;
- Estimular a utilização do gás natural;
- Incentivar a criação de usinas a base de biomassa de cana de açúcar;

- Construção do gasoduto Assú-Seridó;
- Integrar o Estado com uma ampla rede de transporte de gás;
- Criação de um Polo Minero-Químico;
- Expandir atividades de extração e beneficiamento dos principais minérios existentes no RN;
- Expandir a extração da forma bruta do minério e aumentar atividades de beneficiamento;
- Ampliação da extração de pedra preciosas e semipreciosas;
- Expansão de atividades de beneficiamento de minérios explorados no Estado;
- Ampliação da produção do sal marinho, estimulada a partir de políticas públicas de incentivos fiscais;

Turismo e Paisagens Costeiras:

- Desenvolver o turismo segmentado com interiorização;
- Melhorar a infraestrutura logística de acessibilidade turística de forma a permitir sua melhor interiorização;
- Tornar o Estado atrativo aos empreendedores através de políticas públicas, que consequentemente ampliará a geração de emprego e renda;
- Investir em políticas públicas de qualificação da mão-de-obra e segurança pública;
- Investir preferencialmente no saneamento básico de cidades turísticas;
- Desenvolvimento do turismo de férias e eventos;
- Construção e renovação de equipamentos e atrativos turísticos;
- Conservação e renovação de paisagens, biomas ecossistemas nativos, fomentando o turismo ecológico;
- Incentivo a novas pesquisas científicas, mobilizando setores público e privado; incremento da cadeia produtiva do turismo (hotéis, bares, agências de viagem, empresas de transporte, guias, etc.);
- Estudo de viabilização de centro de pesquisa da biodiversidade do estado, a partir da área geográfica ainda pertencente a mata atlântica. O RN dispõe de 2.000 hectares a beira mar (14 km de praia virgem), localizado em Baía Formosa (“Mata da Estrela”), inserido no domínio da “Mata Atlântica” brasileira (15% do território nacional) e que cobre 17 Estados. Além dessa área, situam-se no RN as reservas de Stoessel de Brito, em Jucurutu e outras em Acari e Taipu. A “Mata da Estrela” foi tombada pelo Estado em 1993 e passou a integrar a “Reserva da Biosfera da Mata Atlântica Brasileira”. No ano 2000 transformou-se em RPPN - Reserva Particular do Patrimônio Natural -, unidade de conservação, que visa a proteção dos recursos ambientais existentes.
- Explorar o potencial para implantação de polo farmacêutico para fabricação de Medicamentos fitoterápicos, atraindo indústria farmacêutica nacional e internacional para pesquisas nessa área, consorciada com UERN e Centros de Ciências do estado;

- Exploração das potencialidades naturais como Geoparque do Seridó, declarado pela Unesco como patrimônio geológico de relevância internacional. Na região há 120 mil habitantes e comunidades quilombolas. Localiza-se numa das maiores reservas do mineral scheelita da América do Sul e tem testemunhos da evolução de 600 milhões de anos da terra, além de materiais geológicos, que datam até 2 bilhões de anos. O país tinha o geoparque Araripe, como o único brasileiro reconhecido pela Unesco, que fica na bacia do Araripe, entre os estados de Ceará, Pernambuco e Piauí. O nosso Geoparque do Seridó compreende seis municípios: Acari, Carnaúba dos Dantas, Cerro Corá, Currais Novos, Lagoa Nova e Parelhas, totalizando mais de 2,8 mil km² na Caatinga, bioma único do mundo. Atualmente, existem 169 Geoparques Globais da UNESCO, em 44 países.
- Garantir a preservação do patrimônio geológico;
- Ações e políticas de proteção da natureza, com apoio institucional;
- Políticas de manutenção e restauração com aporte de recursos internacionais, inclusive ONU;
- Melhoria na infraestrutura local (sistema habitacional, viário e de serviços);
- Projeção e status internacional da localidade;
- Criar ações de preservação das belezas naturais da região e valorização da produção dos artistas e artesãos nativos;
- Gerar oportunidades de trabalho e renda com o aproveitamento de ações educativas vinculadas ao geoparque e turismo;
- Incentivos fiscais e de crédito para os empreendedores, sobretudo os pequenos e médios no seguimento do turismo.

Terras férteis (agricultura, pecuária, pesca e Aquicultura):

- Estimular a ampliação da produção e industrialização de frutas no Estado, com foco em agregar valores ao produto;
- Ampliar a comercialização para outros estados e países;
- Criar polos logísticos e industriais apartir da criação de polos (agropecuários);
- Melhorar o acesso ao crédito da cadeia pecuária;
- Aumentar a disponibilidade de máquinas e equipamentos;
- Estimular os pequenos produtores para inovação;
- Ampliação do rebanho de bovinos, ovinos e caprinos e a produção de derivados;
- Ampliação da produção pesqueira e aquícola potiguar, conjugada com o aumento de produtividade e adensamento da cadeia produtiva;
- Melhorar o adensamento da cadeia produtiva a montante e a jusante;
- Expandir a produção aquícola e a pesca extrativista, bem como a de crustáceos no litoral e no interior;
- Criar políticas que possam estimular o empreendedorismo na produção de laticíneos, resfriamento e secagem de leite.

6 - EMPREENDEDORISMO

- Proporcionar o INTERCAMBIO INTERNACIONAL o geoparque do Seridó abre intercâmbios com as principais instituições de ciências do país e internacionais, por meio de plataformas digitais, sistemas de informações e aplicações abertas, como referência para a comunidade geocientífica. Assim como, cooperação com instituições como BID, Banco Mundial, Unesco, FAO, OMS, instituições da ONU ligadas às metas do Milênio, Fundações internacionais de cooperação;
- Políticas públicas que possam estimular e atrair os empreendedores local;
- Para criação de um ambiente favorável a criação de novos negócios o estado precisa investir em políticas públicas que garantam infraestrutura (Água tratada, rede de esgoto, estradas, energia elétrica e mobilidade), logística (estradas e rodovias que interligam os estados, portos e aeroportos), escolas profissionalizantes (para gerar mão-de-obra qualificada), rede de apoio (hoteis, hospitais, escolas, área de lazer), benefícios fiscais, revisão de alíquotas e comunicação (divulgação sobre potencialidades do Estado);
- Políticas de ampliação a participação no VAB (valor adicional bruto) e no emprego;
- Desenvolver a indústria local a partir do APLs (Arranjos Produtivos Locais) e/ou do adensamento das cadeias de produção e beneficiamento do estado;
- Mapear as principais oportunidades de agregação de valor a produção local;
- Desburocratização do acesso ao crédito;
- Promover a aproximação do empresariado e da academia;
- Viabilizar visitas e acesso a feiras;
- Elevar a produtividade promovendo a formalização do trabalho;
- Agregar maior valor pela formação e desenvolvimento de APLs;
- Ampliar e qualificar o ensino profissionalizante orientado para a demanda do mercado;
- Criar centros de qualificação de mão-de-obra;
- Desenvolver a infraestrutura e diversificar as opções turísticas no Estado;
- Incentivar outros segmentos de turismo;
- Implementar planejamento estratégico para o crescimento sustentável dos destinos turísticos;
- Expandir a fruticultura irrigada;
- Criar polos industriais e centro logístico especializado em fruticultura;
- Ampliar vendas para outros mercados, sobretudo exportação;
- Criar um centro de tecnologia para desenvolvimento de novas tecnologias de cultivo;
- Aumentar a produção de aquicultura continental e do uso das barragens para pesca continental;
- Aumentar o acesso, desenvolvimento e divulgação de técnicas de manejo e biossegurança;

- Alavancar a produção de peças de cerâmicas e de vestuários;
- Promover a integração do campo, indústria, agentes financeiros e institucionais;
- Criar novos centros de excelência ligando setores produtivos e universidades;
- Criar linhas de crédito para setores estratégicos da indústria local;
- Usar as ferramentas EBEP (Escola de Educação Básica e Educação Profissionalizante) e *Junior Achievement* para qualificar o ensino profissionalizante;
- Integrar o ensino técnico ao médio e ampliar o ensino superior;
- Ampliar o acesso a internet;
- Fortalecer a cadeia têxtil estimulando o crescimento das confecções e fábricas;
- Melhorar a capacidade do Governo do estado de identificar, formular e estruturar projetos de investimentos;
- Simplificação das obrigações acessórias;
- Racionalização tributária;
- Transparência no contencioso administrativo-tributário;
- Alinhar, articular e interagir com as demais políticas econômicas e sociais, projetos e ações de outros setores correlatos, especialmente agricultura, agropecuária, comércio e serviço;
- Atração de investimentos não apenas concentrada na concessão de incentivos fiscais;
- Criar ambientes de negócios competitivos e atraentes;
- Simplificação de procedimento para abertura e encerramento de empresa;
- Agilização do processo de licenciamento ambiental; Melhoria da gestão fiscal do estado;
- Estímulo do empreendedorismo com foco nos polos regionais;
- Implantação da gestão estadual orientada para resultados.

PALAVRA FINAL

Os nossos sonhos seguem o pensamento de Aristóteles de que a “esperança é o sonho do homem acordado”, até porque teve razão Shakespeare ao afirmar que “Sabemos o que somos, mas não sabemos o que poderemos ser”. Por tais razões convidamos os conterrâneos do Rio Grande do Norte para somarmos forças. Estamos abertos a sugestões e a uma construção coletiva permanente, colabore com suas dúvidas, sugestões e críticas ao programa. Cada um possui papel fundamental no processo de construção da mudança. Este plano é “PRA O RN AVANÇAR”!